

51/07/14  
Mario Carneiro  
p. 3, 10



# Introdução à Democracia

Sérgio Buarque de Holanda

**POR** circunstâncias puramente fortuitas tive ocasião, em maio de 1949, de fazer parte de um comitê internacional convocado para exame, esclarecimento e síntese dos diferentes significados atribuídos à palavra "democracia". A reunião efetuou-se em Paris e representou a segunda etapa de um amplo inquérito promovido pela UNESCO entre especialistas do mundo inteiro.

A primeira etapa tinha sido constituída de um questionário largamente distribuído, cujas respostas deveriam fornecer a maior variedade possível de pontos de vista acerca de um conceito de natureza variável, capaz de assumir aspectos diversos ou mesmo contrastantes. Foi sobre essas respostas que tive-ram de trabalhar os oito componentes de nosso comitê.

Entre os inúmeros textos que deveriam formar a base dos debates apareceu um único de autor brasileiro: o mesmo que com o título

de "Por uma definição da Democracia" forma o núcleo do livro publicado agora pelo sr. Wilson Martins, *Introdução à Democracia Brasileira* (Editora Globo, Porto Alegre, 1951). Ninguém mais no Brasil e muito poucos, em verdade, no restante desta América chamada latina — creio que somente o historiador mexicano Silvio Zavala e o filósofo argentino Francisco Romero — se dignaram atender aos apelos formulados pela direção da UNESCO.

Por mais de um motivo, particularmente em face desse abstencionismo generalizado entre nossos estudiosos, abstencionismo que vi reiterar-se alguns meses mais tarde, quando me foi dado participar de outras duas reuniões de natureza semelhante, o texto do sr. Wilson Martins adquire relevo sin-

gular. **C**ONTUDO o significado especial desta contribuição não me parece que resida no fato de se tratar de opinião brasileira, capaz de espelhar convicções correntes entre nós, porventura mais correntes do que em outros países. A verdade é que, mesmo no Brasil, as definições unicamente políticas de democracia já passaram um pouco de moda ou, ao menos, já não se fazem escutar com demasiada frequência. E na tentativa de definição que nos encaminhara o escritor paranaense é a inflexão política, no sentido mais estrito, o que domina sem contraste.

A primeira pergunta, e fundamental, no questionário refere-se à ambigüidade que entraria aparentemente no termo "democracia". É lícito admitir que exista efetivamente semelhante ambigüidade? Depois dêsse, outro problema de ordem geral se apresentava: o que se refere às relações entre a democracia "de forma", conceito eminente e exclusivamente político, e democracia "real", conceito social e político *latu sensu*.

Este último, que ocupou largamente a atenção da maioria dos especialistas consultados, parece ao sr. Wilson Martins o efeito de uma falsa colocação do problema. A distinção essencial, no caso, é a seu ver, a que prevaleceria entre a democracia (1) como filosofia de vida e (2) como sistema político. Partindo dessa distinção o autor passa a examinar, em outros estudos do volume, que não fazem parte do trabalho mandado à UNESCO, as aplicações de seu ponto de vista ao Brasil, acreditando poder contribuir, assim, para a instauração entre nós de um verdadeiro regime democrático. E fi-



nalmente apresenta-nos, a título de curiosidade, o esboço de que seria uma constituição de onde tivesse sido eliminado tudo quanto não é matéria propriamente constitucional, mas onde se garantisse ao mesmo tempo a centralização política e a descentralização administrativa.

**NÃO** abordarei estas últimas partes, que nos levariam muito além do que o permitem as dimensões normais de uma simples crônica. Só a primeira, aliás, que se relaciona com a delimitação e por conseguinte com o maior esclarecimento do conceito de democracia, já oferece matéria para extenso comentário.

Confesso, antes de tudo, que não consigo ver tão nitidamente quanto o sr. Wilson Martins a linha de separação que existiria entre a democracia como filosofia de vida e como sistema político. Parece-me, ao contrário, que os sistemas políticos, queiram ou não, nos remetem inevitavelmente a alguma concepção do mundo ou, nas palavras do autor, a uma filosofia de vida. Mas não é preciso certamente que esta se distinga pelo seu caráter rigorosamente sistemático e perfeitamente coerente. Da própria noção moderna de democracia, que leita raízes nas especulações próprias da Era das Luzes, cabe dizer que se mostrou capaz de sobreviver

(Conclui na 10.ª página)

ões não são de caráter político, mas de natureza administrativa, não são de ordem doutrinária, mas de ordem técnica".

Ora, a preposição *para* não é essencial apenas à noção de democracia; em verdade nenhum governo digno desse nome pode existir ou subsistir sem que inclua entre suas atribuições essenciais a de promover o bem público. Isso mesmo exprimiu admiravelmente o professor Richard McKeon, relator de nosso comitê, sobretudo onde respondeu a certas interpretações de Bertrand Russel. "Os anglo-saxões", dissera o filósofo britânico, "definem *democracia* como o reinado da maioria; os russos definem-na como o interesse da maioria, interesse este determinado conforme à filosofia política marxista". Há aqui uma tentativa de separação entre governo pelo povo e governo do povo. A diferença entre as concepções "ocidental" e soviética há de ser procurada, notou-o McKeon, nas diferenças de interpretação do *pelo* e do *para*, não apenas na ênfase relativa atribuída a um ou outro. Aliás o próprio Lenin reconhecera que o estabelecimento, por conseguinte o desaparecimento, da democracia, depende do governo *pelo* povo.

E' CURIOSO notar que, em sua bela contribuição, o colaborador brasileiro no inquérito não deixa de reconhecer, e reconhece-o expressamente, à página 27 deste seu livro, que "todos os sistemas de governo existem *para* o povo". Todos, por conseguinte também os sistemas democráticos. Mas logo a seguir pergunta: "Como, pois, distinguir a democracia pelo mesmo caráter que distingue também os sistemas totalitários?" Raciocínio muito semelhante, creio eu, ao de quem, tendo afirmado que vermelho é uma cor se sinta obrigado a negar que o azul também o seja. Pois como podem duas coisas tão claramente diversas apresentar entre si qualquer traço comum?

O engano do sr. Wilson Martins neste passo consiste em que amarrrou fortemente a idéia do governo para o povo às teorias modernas de planificação econômica ou, ainda mais, às apologias do Estado onipotente, e não conseguiu desatá-las no curso da sua argumentação. A tanto levou-o o justo afã de encontrar uma salvaguarda contra os efeitos catastróficos daquelas apologias. Poderia evitar, no entanto, a generalização, se considerasse que a preposição "governo para o povo" é inseparável de resto da fórmula de Gettysberg. Os governos feitos apenas *para* o povo, erigidos em juizes exclusivos e irresponsáveis do interesse público, só podem justificar-se verdadeiramente — se assim se pode dizer — à custa de mecanismos de propaganda tão poderosos que abafam toda voz contrastante e, ao cabo, só deixam ouvir a ressonância de sua mesma linguagem. Não é outra coisa, aliás, o que fazem os regimes totalitários, ainda quando pretendem o contrário.

to uma explicação oferecida por comentadores autorizados é que não sei de melhor; contudo estarei sempre disposto a acolher outra mais sábia. As ambiguidades ou dificuldades de interpretação que aquêlo trecho nos oferece hoje, não existiriam com toda certeza para os contemporâneos do Mantuano. E é importante frisar isso antes de falar nas ambiguidades de um poeta que, confessadamente, escreveu sem elas.

ESTOU ouvindo neste passo aquela reprimenda enérgica de meu amigo Canabrava: "Na verdade o tema das Georgicas não interessa". Penso, muito ao contrário, que tudo interessa, para a boa inteligência, já não digo para a boa análise, do poema. E que sem tentar conhecer a trivialidade dos fatos narrados, em seus aspectos aparentemente mais insignificantes, numa obra que se presa de ser realista e descritiva, dificilmente poderemos apreender a transfiguração poética de tais fatos.

Esse pensamento eu seria capaz de proclamar com a mesma impetuosidade que revela, particularmente neste seu último artigo, o meu prezado filósofo, se não me sentisse um tanto indocil ao imperativo das conclusões apenas dogmáticas e terminantes. No entanto, não quero negar minha admiração pelo vigor preemptório e a bem dizer irresponsável (sob pena de morte) de quem legisla que "o crítico nada tem a ver com..." "ele deve se ater a...", "mas o julgamento crítico deve basear-se...", etc.

Remessa de livros: Rua Haddock Lobo, 1.625, S. Paulo



P. S. No artigo que o sr. Euryalo Canabrava dedicou do mingo último ao sugestivo tema *Poesia e Linguagem* há grave engano que me diz respeito e que me apresso em virificar. A tese de que o crítico deve aceitar literalmente a linguagem da poesia, desdenhando qualquer critério estético, não é minha como dá a entender o ilustre articulista, mas resultou sem dúvida de interpretação arbitrária e não justificada pelos textos que êle combate. O que tentei dizer e disse, talvez, com alguma clareza, foi que apresentar o idioma da poesia como sistematicamente ambíguo equivale a simplificar demasiado o problema: simplificar às vezes em favor da crítica e da ciência, se isso é possível, não em favor da poesia. Disse mais que o significado, ambíguo ou não, é um dos elementos constitutivos da linguagem poética e como tal há de ser considerado, embora qualquer tentativa para separá-lo e realçá-lo sobre os outros elementos encerre sempre o risco de falsear toda análise crítica.

Em uma das suas notas o articulista verifica também que a referência a "erisipela gangrenosa" não existe em Virgílio, "como faz constar o sr. Sergio Buarque de Holanda" e que semelhante interpretação seria "arbitrária e não justificada pelo texto". Neste caso, pelo texto de Virgílio. Então creio eu, seria talvez útil encontrar o nome apropriado para a peste descrita no livro III das Georgicas, onde se narram os efeitos da gangrena sobre os corpos dos animais. Se acolhi neste pon-

## INTRODUÇÃO...

(Conclusão)

a por de parte todos os aspectos tistas.

Tentando ignorar essa espécie de condicionamento da democracia estritamente política, o sr. Wilson Martins foi levado, em seu ensaio, que considera puramente técnicos e Geuysburg ("Governo do povo, mais administrativos do que políticos.

E' característico que, ao discutir a famosa declaração de Lincoln em Gettysburg ("Governo do povo, pelo povo, para o povo") êle só vê nela, coerente com seu ponto de vista, duas proposições essenciais ao regime democrático. A democracia será, nesse caso, um governo do povo e pelo povo, "mas não possui o privilégio de ser um governo *para* o povo, se a preposição *para* indica o valor de decisões tomadas para o bem estar geral da coletividade". "Porque tais deci-